

DECRETO Nº 227, DE 26 DE AGOSTO DE 2025.

**REGULAMENTA O FUNDO MUNICIPAL DOS
DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA
DE CONSELHEIRO LAFAIETE/MG – FMDPD,
E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O Prefeito Municipal de Conselheiro Lafaiete, no uso de suas atribuições, com fulcro nos art. 12, 13, inciso XII, alínea “a”, art. 90, inciso VI e art.116, inciso I, alínea “i”, todos da Lei Orgânica do Município, e,

CONSIDERANDO que o Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência foi criado através do art. 10 da Lei Municipal nº 4.760, de 07 de novembro de 2005 que dispõe sobre a criação do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência de Conselheiro Lafaiete;

CONSIDERANDO que o art. 3º, X da Lei Municipal nº 4.760, de 07 de novembro de 2005 prevê que compete ao Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência gerir o Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência;

CONSIDERANDO que o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência – CMDPD, encontra-se regularmente constituído e em pleno funcionamento;

CONSIDERANDO a necessidade de regulamentar o Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência, conforme previsão no art. 12 da Lei Municipal nº 4.760, de 07 de novembro de 2005;

DECRETA:

Art. 1º - Fica instituído o Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência de Conselheiro Lafaiete/MG – FMDPD, cujos recursos captados serão destinados ao desenvolvimento das ações de atendimento à pessoa com deficiência e que compreendem aquelas deliberadas pelo Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência de Conselheiro Lafaiete/MG – CMDPD.

Art. 2º - O Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência é vinculado ao Conselho Municipal dos Direitos das Pessoas com Deficiência, cabendo à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social a sua gestão.

Art. 3º - São objetivos do Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência de Conselheiro Lafaiete/MG:

I – apoiar e promover campanhas de conscientização, capacitação, programas, projetos e ações destinados ao atendimento às pessoas com deficiência;

II – a divulgação de programas e projetos desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e/ou Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência direcionados às pessoas com deficiência;

III – desenvolver, aprimorar e promover a profissionalização, a recreação, o esporte e a cultura às pessoas com deficiência;

IV – apoiar, promover e divulgar eventos educacionais e de natureza socioeconômica destinados às pessoas com deficiência;

V – promover o desenvolvimento de pesquisas, estudos, elaboração de diagnósticos e relatórios para definição de indicadores e dados sobre as políticas públicas de direitos da pessoa com deficiência, além de monitoramento e avaliação de programas e serviços de atendimento às pessoas com deficiência.

§1º - As ações de que trata o caput deste artigo têm por objetivo assegurar os direitos da pessoa com deficiência, criando condições para promover sua autonomia, integração e participação efetiva na sociedade.

§2º - Dependerá de deliberação expressa do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência de Conselheiro Lafaiete/MG – CMDPD, a autorização para aplicação de recursos do Fundo em outros tipos de programas, desde que haja aplicação necessária para o atendimento à pessoa com deficiência.

Art. 4º - Poderão ser beneficiários dos recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência, as organizações da sociedade civil com atuação no município de Conselheiro Lafaiete/MG voltadas para o atendimento da pessoa com deficiência e o Conselho Municipal dos Direitos das Pessoas com Deficiência de Conselheiro Lafaiete, para custeio de despesas, nos termos da Lei.

Parágrafo único – As organizações da sociedade civil de que trata este artigo deverão estar cadastradas e com registro válido no Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência de Conselheiro Lafaiete/MG – CMDPD.

Art. 5º - Poderão ser custeadas com recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência, entre outras, as seguintes despesas:

- I – aquisição de bens permanentes e de consumo;
- II – contratação de serviços especializados;
- III – realização de campanhas, seminários, capacitações e eventos de conscientização;
- IV – apoio a projetos de entidades cadastradas que promovam os direitos da pessoa com deficiência;
- V – execução dos projetos aprovados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência de Conselheiro Lafaiete/MG – CMDPD;
- VI – custeio de despesas para participação em eventos voltados às Pessoas com Deficiência.

Art. 6º - Constituem receitas do Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência, além de outras que venham a ser instituídas:

- I – a dotação consignada anualmente no Orçamento do Município para atividades vinculadas ao Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência;
- II – as doações, auxílios, contribuições e valores de multas que lhe venham a ser destinados;
- III – outros recursos que lhe forem destinados.

Parágrafo único – A movimentação dos recursos que compõem o Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência, será efetuada através de conta específica mantida em instituição financeira aberta especialmente para este fim.

Art. 7º - A gestão contábil e financeira dos recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência – FMDPD será realizada pela Secretaria Municipal da Fazenda, mediante aprovação em Assembleia do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência de Conselheiro Lafaiete/MG – CMDPD.

Art. 8º - Compete ao Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência:

I – gerir os recursos orçamentários próprios do município ou a ele transferidos, em benefício do Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência;

II – gerir os recursos captados pelo Município, através de convênios, ou por doações ao Fundo;

III – liberar os recursos a serem aplicados em benefício das Pessoas com Deficiência nos termos da resolução do Conselho;

IV – administrar os recursos específicos para os programas de atendimento dos Direitos das Pessoas com Deficiência, segundo resoluções do conselho;

V – gerir deliberativamente os recursos do Fundo Municipal dos Direitos das Pessoas com Deficiência;

VI – desenvolver outras atividades correlatas.

§1º - A aplicação dos recursos estarão sujeitas às normas gerais de planejamento e programação orçamentária e serão aplicados em conformidade com os critérios estabelecidos pelo Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência de Conselheiro Lafaiete/MG – CMDPD, com anuência da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, na forma da legislação vigente.

§2º - A utilização dos recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência de Conselheiro Lafaiete/MG – CMDPD em programas e projetos devidamente especificados pela entidade solicitante está condicionada à deliberação do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência – CMDPD.

§3º - As entidades beneficiárias serão responsáveis legalmente pela utilização dos recursos, cabendo ao Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência de Conselheiro Lafaiete/MG – CMDPD a fiscalização da aplicação de acordo com o plano de aplicação.

Art. 9º - A transferência de recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência de Conselheiro Lafaiete/MG – CMDPD às entidades beneficiárias far-se-á mediante convênios, acordos, termos, ajustes ou através de outros atos similares, com observância da legislação vigente e de critérios, normas e planos aprovados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência de Conselheiro Lafaiete/MG – CMDPD.

Art. 10 – Toda despesa realizada com recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência deverá ser objeto de prestação de contas ao Poder Executivo e ao Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência de Conselheiro Lafaiete/MG – CMDPD, não excluindo a apresentação a outros órgãos públicos, nos casos assim determinados.

Art. 11 – O uso indevido dos recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência acarretará à entidade beneficiária as sanções previstas na legislação aplicável, incluindo:

I – suspensão de novos repasses;

II – obrigação de devolução dos valores devidamente corrigidos e atualizados;

III – responsabilização civil, administrativa e penal dos gestores responsáveis.

Art. 12 – As Entidades de direito público ou privado que receberem recursos transferidos do Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência, a título de subvenções sociais, auxílios, convênios, termos ou transferências a qualquer título, deverão comprovar a aplicação dos recursos recebidos em até 90 (noventa) dias após a vigência do mesmo, segundo os fins a que se destinarem, sob pena de ser caracterizado como uso indevido.

Art. 13 – A prestação de contas de que trata o art. 10 deste decreto, será feita em estrita observância à legislação que regula a tomada de prestação de contas no âmbito do Município.

Art. 14 – Os saldos financeiros do Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência apurados ao final de cada exercício serão automaticamente reprogramados para o exercício seguinte, a serem aplicados conforme deliberação do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência de Conselheiro Lafaiete/MG – CMDPD.

Art. 15 – Os casos omissos serão submetidos à análise do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência de Conselheiro Lafaiete/MG – CMDPD, com a anuência da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social.

Art. 16 – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Conselheiro Lafaiete, 26 de agosto de 2025.

Leandro Tadeu Murta dos Reis Chagas
Prefeito Municipal

Dra. Andréia Chagas de Andrade
Procuradora Geral